

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ: 04.247.792/0001-54

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/13. Ficamos à disposição de V.sas., para os esclarecimentos que se fizerem necessários. RJ, 31/12/2013. Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF: 853.543.768-15.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	2013	2012
ATIVO		136.698	81.851
Ativo circulante		136.698	81.851
Caixa e equivalentes de caixa e conta vinculada	4	41.020	12.342
Contas a receber	5	75.442	57.820
Estoques	6	14.863	6.536
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.007	4.883
Outros		366	270
Ativo não circulante		104.190	42.039
Partes relacionadas	8	89.281	23.409
Depósitos judiciais	15	102	67
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	3.300
Impostos diferidos ativos		-	531
Imobilizado	9	14.536	14.459
Intangível	10	271	273
Total ativo		240.888	123.890

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de lucros		Retenção de lucros	Lucro acumulado	Total
		Reserva de subvenção	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro 2011	2.347	18.473	-	-	20.113	40.933
Dividendos pagos (Nota 16)	-	-	-	-	(10.490)	(10.490)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.039	13.039
Saldos em 31 de dezembro 2012	2.347	18.473	-	-	22.662	43.482
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.195	15.195
Constituição de reserva legal	-	-	760	-	(760)	-
Constituição reserva de retenção de lucros (Nota 16)	-	-	-	31.537	(31.537)	-
Dividendos pagos (Nota 16)	-	-	-	-	(5.560)	(5.560)
Saldos em 31 de dezembro 2013	2.347	18.473	760	31.537	-	53.117

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	2013	2012
Receitas (Despesas) Operacionais	13	264.927	234.866
Receita líquida	17	264.927	234.866
Custo dos produtos vendidos	18	(148.879)	(139.020)
Lucro bruto		116.048	95.846
Receitas (despesas) operacionais	8	(480)	(480)
Remuneração dos administradores	19	(44.887)	(40.232)
Despesas com vendas	19	(34.897)	(27.998)
Despesas gerais e administrativas		(4.368)	(1.483)
Despesas tributárias		-	64
Outras receitas operacionais, líquidas		31.416	25.717
Lucro antes do resultado financeiro		4.370	695
Receitas financeiras	21	(16.338)	(10.364)
Despesas financeiras		19.448	16.048
Lucro antes do I. R. e contribuição social		(3.680)	(3.089)
I. R. e contribuição social - correntes	20	(573)	80
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		15.195	13.039
Lucro líquido do exercício			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais). **1. Contexto operacional:** Ponteland Distribuição S.A. ("Sociedade" ou "Ponteland"), com sede na Rua Professora Ceilza Rodrigues Andrade, 130, Jardim Marajoara, Município de Japeri, RJ é uma Sociedade Anônima, fundada em 2001, faz parte do Grupo Granado, cujas outras duas participantes são: Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A., fundada em 1870 e Jesmond Comércio Varejista Ltda., fundada, em 2003. A Ponteland teve sua forma de sociedade alterada de sociedade limitada para sociedade anônima, em conformidade com a ata de Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações, realizada em 5 de julho de 2013. A Ponteland é uma sociedade de capital fechado e não possui ações negociadas no mercado de capitais. A Ponteland tem como principal operação o comércio e a prestação de serviços, para terceiros e/ou Sociedades do Grupo Granado, de armazenamento e distribuição de produtos farmacêuticos (controlados ou não), vitaminas e seus derivados, cosméticos e perfumarias em geral, de higiene pessoal e veterinários, entre outros. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Sociedade adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas pela Administração em 17 de março de 2014. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram os eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pela Sociedade com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior há 180 dias. **3.3. Estoques:** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição e produção, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **3.4. Ativos arrendados: Arrendamento mercantil operacional:** Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **Arrendamento mercantil financeiro:** Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Sociedade basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens de imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens de imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear: Prédios e benfeitorias 4,00%; Móveis e utensílios 10,00%; Instalações 10,00%; Máquinas e equipamentos 10,00%; Computadores e periféricos 20,00%; Veículos 20,00%; Benefeitorias e imóveis de terceiros Tempo de contrato

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. **3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **3.7. Empréstimos e financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do passivo, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos devem ser reconhecidos em conta de reserva de capital. **3.8. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Impostos:** Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2013	2012
Passivo circulante		23.501	32.520
Empréstimos e financiamentos e debêntures	11	6.753	19.662
Fornecedores		5.674	3.423
Obrigações trabalhistas	12	2.792	2.118
Impostos diferidos passivos		40	-
Obrigações tributárias	13	4.027	2.881
Tributos parcelados	14	3.943	3.704
Outros		272	732
Passivo não circulante		164.270	47.888
Empréstimos e financiamentos e debêntures	11	153.725	30.093
Provisão para contingências	15	1.498	1.423
Obrigações tributárias	13	-	4.778
Tributos parcelados	14	9.047	11.594
Patrimônio líquido		53.117	43.482
Capital social		2.347	2.347
Reserva de subvenção		18.473	18.473
Reserva de lucros		32.297	22.662
Total passivo		240.888	123.890

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)					
	2013	2012		2013	2012
Lucro líquido do exercício	15.195	13.039			
Outros resultados abrangentes	-	-			
Total do resultado abrangente	15.195	13.039			
Programa de Integração Social - PIS	1,65%	- 2,20%			
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%	- 10,30%			
Imposto sobre Serviços - ISS		5,00%			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		19,00%			

Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 ("IN 1.397") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 ("MP 627") que (i) revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; e (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a Sociedade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Sociedade preparou um estudo preliminar dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseado na melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na conclusão acerca dos potenciais efeitos. A Sociedade aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014. **3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos faturas vencidas vencidos há mais de 180 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Reconhecimento das receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. A receita é reconhecida pela Sociedade apenas quando da efetiva venda de produtos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **3.12. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **3.13. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetiva compensar. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Sociedade, a adoção dos pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)					
	2013	2012		2013	2012
Lucro líquido do exercício	15.195	13.039			
Outros resultados abrangentes	-	-			
Total do resultado abrangente	15.195	13.039			

Sociedade. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"). O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"). O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"). O objetivo desses pronunciamentos é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"). O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"). O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. As seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia: • Instrumentos Financeiros - introduzindo novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Sociedade não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras. • Tributos - Orientações de quando a Sociedade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Sociedade não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras. • Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - As revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Sociedade não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras. • Modificações às Entidades de Investimentos - Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de companhia de investimento. Essa exceção requer que as companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Sociedade não espera que tais modificações produzam efeitos em suas demonstrações financeiras. • Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Sociedade não espera que tais modificações produzam efeitos em suas demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação das normas pelo CPC, a Sociedade está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa e conta vinculada			
	2013	2012	
Cheques e depósitos	88	85	
Bancos	2.938	1.360	
Aplicações financeiras	37.762	8.390	
Caixa e equivalentes de caixa	40.788	9.835	
Conta vinculada	232	2.507	
	41.020	12.342	

O saldo de bancos é constituído por valores disponíveis em contas bancárias, sem remuneração. As aplicações financeiras da Sociedade referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Tanto as aplicações financeiras quanto os saldos em contas bancárias são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha, podendo ser resgatados a qualquer tempo. Conta vinculada refere-se a valores recebidos de duplicatas dadas em garantia. Os valores são disponibilizados em conta corrente a medida que as garantias são substituídas.

5. Contas a receber			
	2013	2012	
Duplicatas a receber	75.362	57.408	
Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(386)	(143)	
Outros	466	555	
	75.442	57.820	
Vencimento de duplicatas a receber	2013	2012	
A vencer	73.260	55.048	
Vencidas			
Até 30 dias	1.155	2.224	
De 30 a 60 dias	115	136	
Acima de 60 dias	832	-	
	75.362	57.408	
	2013	2012	
Saldo no início do exercício	143	202	
Complemento (Reversão) de provisão no exercício	243	(59)	
Saldo no final do exercício	386	143	

O saldo a receber de clientes é representado, principalmente, por vendas efetuadas a pessoas jurídicas. Em função do curto prazo das operações de vendas, o ajuste a valor presente foi considerado irrelevante pela Administração da Sociedade nas demonstrações financeiras.

6. Estoques			
	2013	2012	
Produto acabado	14.662	6.331	
Outros	201	205	
	14.863	6.536	

7. Impostos e contribuições a recuperar			
	2013	2012	
IRPJ	2.191	2.321	
CSLL	1.213	1.331	
PAES/REFIS	-	3.200	
ICMS	39	118	
ICMS ST	1.206	1.206	
Outros	358	7	
	5.007	8.183	
Circulante	5.007	4.883	
Não circulante	-	3.300	

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ: 04.247.792/0001-54

10. Intangível	Descrição	Software	2013	2012
	Taxa de amortização	20%		
	Custos			
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	357		
	Adições	66		
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	423		
	Amortização			
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	(84)		
	Adições	(68)		
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	(152)		
	Intangível líquido em 31 de dezembro de 2012	273		
	Intangível líquido em 31 de dezembro de 2013	271		

11. Empréstimos e financiamentos e debêntures		Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento	2013	2012
Banco Brasil-Debentures	CDI + 3,17% a 4,54%	25/12/2020	153.120	9.490	
Brasil	CDI+2,85%a 4,54%	31/08/2020	384	-	
Bradesco	CDI + 4,40% a 5,16%	07/12/2015	-	2.412	
Guanabara	CDI + 6,16% a 6,80%	29/06/2015	-	3.786	
Industrial	CDI + 6,16% a 7,45%	13/05/2015	2.170	929	
Indusval	CDI + 10,03%	25/07/2014	-	661	
Itaú	CDI + 3,90% a 5,54%	07/08/2017	-	14.279	
Safra	CDI + 5,16% a 7,45%	21/11/2016	1.486	3.433	
Santander	CDI + 4,54% a 5,54%	30/11/2016	-	6.612	
Votorantim	CDI + 4,28% a 5,16%	20/06/2016	4.081	3.763	
Tribanco	CDI + 3,66%	22/12/2014	-	2.113	
ABC	CDI + 4,90%	15/12/2014	-	1.000	
FINAME Arrendamento mercantil (*)		02/08/2016	1.165	1.277	
Banco do Brasil Custo emissão debêntures			(1.928)		
			160.478	49.755	
		Curto prazo	6.753	19.662	
		Longo prazo	153.725	30.093	

A Sociedade possui o montante de R\$160.478 (R\$49.755 em 2012) referente a empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis contratados junto a instituições financeiras, todos firmados em moeda nacional, para suprimento de capital de giro e aquisição de imobilizado. As garantias dos empréstimos e financiamentos são constituídas por duplicatas de emissão da Sociedade no montante de R\$27.182. Adicionalmente, são concedidas garantias por notas promissórias e avais dos acionistas. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro estão registrados como obrigação pelos seus valores presentes, enquanto os bens estão registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, conforme determinação do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro o montante de R\$569 relativo à despesa de depreciação e R\$181 relativo a juros de empréstimos. Os bens adquiridos através de arrendamento mercantil estão em garantia destas obrigações. Em 16 de outubro de 2013 de acordo com o Instrumento Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única e com garantia real a Ponteland emitiu 15.000 debêntures com valor de face de R\$10. As debêntures tem vencimento final em 25 de outubro de 2020 e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 129,5% (cento e vinte nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia. Os juros remuneratórios serão pagos em parcelas trimestrais e consecutivas a partir 25 de janeiro de 2014. As debêntures possuem como garantia imóveis (de outras sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico da Ponteland), cessão fiduciária de direitos creditórios e de direitos decorrentes de contas bancárias. Os recursos obtidos destinam-se ao pagamento de dívidas de curto prazo, realização de investimentos na ampliação das atividades fabris e de varejo da Ponteland e de outras entidades que façam parte do mesmo grupo econômico da Sociedade. As debêntures emitidas pela Ponteland possuem cláusulas restritivas determinando níveis mínimos do índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD (igual ou superior a 1,2) e relação Ebitda/Dívida Líquida (inferior a 4,0). Em 31 de dezembro de 2013 estes índices foram observados pela Sociedade. Os custos de emissão das debêntures, no montante de R\$1.928 em 31 de dezembro de 2013, referentes a comissões de estruturação, colocação e taxa de sucesso cobrado pela Instituição financeira, foram lançados como redutores do passivo e são levados ao resultado do exercício de acordo com o período da dívida contratada. Os vencimentos das parcelas do principal de longo prazo são os seguintes:

Vencimento	2013	2012
2015		3.246
2016		30.168
2017		30.161
2018		30.058
2019		30.058
2020 a 2022		30.034
Total		153.725

12. Obrigações trabalhistas	2013	2012
INSS	596	178
FGTS	154	346
Provisão de férias	2.036	1.594
Outras obrigações trabalhistas	6	-
	2.792	2.118

13. Obrigações tributárias	2013	2012
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	53	98
Imposto Sobre Serviços	10	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	336	281
Programa de Integração Social	11	17
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	-	300
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	40
Contribuição Social Sobre o Lucro	-	13
Imposto de Renda/Contribuição Social em litígio	-	4.778
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - Substituição Tributária	3.557	2.132
Outros	60	-
	4.027	7.659

Circulante
Não circulante

A Sociedade comercializa mercadorias sujeitas à incidência do regime monofásico (Lei nº 10.140/00) relativo ao PIS e COFINS; assim concentra a tributação destes impostos sobre toda a cadeia. O imposto de renda e contribuição social em litígio refere-se a tributos declarados indevidamente na DCTF questionados pela Receita Federal. O montante de R\$4.778 foi integralmente pago durante o exercício de 2013.

14. Tributos parcelados	2013	2012
Parcelamento simplificado		
IRRF	-	-
ICMS	367	2
CSLL	2.416	3.177
IRPJ	6.665	8.747
	9.448	11.926

Refis 11.941/09
Total
Circulante
Não circulante

A Sociedade aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União Novo Refis, instituído pela Lei 11.941/09, destinado às Sociedades que possuíam débitos por tributos fiscais e previdenciários administrados pela Receita Federal do Brasil. Como resultado da adesão a este programa de parcelamento, a Sociedade registrou a multa e juros não anteriormente reconhecidos, líquido do benefício de perdão de parte destas penalidades, conforme previsto na legislação que instituiu o parcelamento. O saldo devedor foi atualizado mensalmente por meio da SELIC e esta atualização encontra-se registrada no passivo e com contrapartida no resultado combinado do exercício. Os vencimentos do principal e dos encargos dos parcelamentos de tributos são como segue:

	2013	2012
2014	-	4.106
2015	3.302	3.938
2016	3.190	1.532
2017 a 2024	2.555	2.018
Total	9.047	11.594

Parcelamento especial - "REFIS IV": Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil "RFB" instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento em até 180 meses de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória desistência de eventuais discussões judiciais sobre tais débitos. Este parcelamento prevê, entre outras, (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Sociedade e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros. **15. Provisão para contingências:** A Sociedade é parte integrante de processos de naturezas fiscal, trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, foram provisionadas as causas que apresentam risco de perda provável que em 31 de dezembro de 2013 e 2012 montavam a:

	2013	2012
Trabalhistas	1.498	1.423
Total	1.498	1.423

Trabalhistas: A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos da Sociedade, constata-se que nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, sendo as discussões relacionadas principalmente a reclamações de horas-extras, domingos e feriados laborados e não pagos, entre outros.

Movimentação da provisão para contingências:	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.130	1.130
Constituições	849	849
Reversões	(556)	(556)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.423	1.423
Constituições	75	75
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.498	1.498

A Sociedade efetuou depósitos judiciais, os quais totalizam R\$102 em 31 de dezembro de 2013 (R\$67 em 31 de dezembro de 2012) referentes a questionamentos de ordem trabalhista. Em 31 de dezembro de 2013 as contingências avaliadas pelos consultores jurídicos externos avaliados como de perda possíveis não provisionadas são como segue:

	2013	2012
Trabalhistas	902	905
Cíveis	470	1
Fiscais	33	-
Total	1.405	906

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza trabalhista que se encontram em julgamento, aguardando a definição do juízo ou de responsabilidade subsidiária. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos da Sociedade, constata-se que nenhuma dessas ações está passível de provisionamento até a presente data, sendo as discussões relacionadas principalmente a reclamações de horas-extras, domingos e feriados laborados e não pagos, vínculo empregatício, depósito FGTS entre outros. **Cíveis:** A Sociedade responde por ações judiciais de natureza cível decorrentes do curso ordinário de suas operações. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos da Sociedade, constata-se que nenhuma dessas ações está passível de provisionamento até a presente data, sendo as discussões relacionadas principalmente a ação de despejo, reintegração de posse entre outros. **Fiscais:** A Sociedade respondeu por ações de natureza fiscal referentes a execução de Imposto de renda, Cofins, Contribuição social e Pis as quais tiveram mudança de probabilidade de perda para remota no exercício de 2013 com base no acompanhamento dos consultores jurídicos. **16. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$2.347, representado por 2.347 ações (2.347 quotas em 31 de dezembro de 2012). b) **Destinações do lucro:** Como descrito na Nota 1, até 5 de julho de 2013 a Ponteland era uma sociedade limitada por quotas de capital. Até aquela data as destinações de resultado eram definidas por seus sócios. A partir da transformação em sociedade anônima o Estatuto Social fixou o dividendo mínimo em 25% do lucro líquido do exercício após a absorção de prejuízos (se houver) e constituição da reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade pagou dividendos como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	15.195	
Reserva legal (5%)	(760)	
Base para dividendo mínimo	14.435	
Dividendo mínimo (25%)	3.609	
Dividendos pagos	5.560	

Os dividendos atualmente pagos pela Sociedade no exercício de 2013 montam a R\$5.560 e incluem o dividendo mínimo obrigatório. c) **Reserva de subvenção:** Referente a benefícios fiscais de ICMS auferidos anteriormente ao exercício social de 2008. d) **Reserva de retenção de lucros:** A partir da transformação da Ponteland em sociedade anônima e nos termos da Lei das Sociedades por ações os lucros acumulados e ainda não distribuídos aos acionistas (anteriormente quotistas) foram destinadas para reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital preparado pela Administração e a ser aprovado pela Assembleia Geral.

17. Receita líquida	2013	2012
Venda de mercadorias	305.559	258.598
(-) Impostos sobre vendas	(40.884)	(25.811)
(-) Devolução de vendas	(8.526)	(5.445)
(+) Subvenções	8.778	7.524
Total	264.927	234.866

(*) De acordo com os decretos 35.418/2004 e 36.175/2004 a Ponteland possui subvenção de ICMS, que concede crédito presumido na apuração do tributo. Os decretos não possuem prazo de vencimento.

18. Custo dos produtos vendidos	2013	2012
Venda de mercadorias		
(-) Custo de vendas	(148.239)	(138.694)
(-) Variações/ reversões estoque	(432)	(13)
(-) Outros custos	(208)	(313)
Total	(148.879)	(139.020)

19. Despesas por natureza: Apresentamos a seguir a segregação por natureza das despesas operacionais:

Despesas com vendas	2013	2012
Despesas com pessoal	(7.925)	(7.496)
Publicidade, propaganda e marketing	(3.882)	(4.281)
Promotores	(3.017)	(2.892)
Frete	(14.766)	(11.094)
Bonificações	(3.030)	(3.283)
Outras	(12.267)	(11.186)
Total	(44.887)	(40.232)

Despesas gerais e administrativas	2013	2012
Despesa com pessoal	(20.671)	(15.747)
Aluguel	(4.883)	(4.256)
Serviços de terceiros	(2.676)	(2.436)
Concessionários de serviços públicos	(609)	(623)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.432)	(1.075)
Depreciação e amortização	(922)	(779)
Despesas de viagem	(1.622)	(1.530)
Outras	(2.082)	(1.552)
Total	(34.897)	(27.998)

20. Imposto de renda e contribuição social	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19.448	16.048
Alíquota fiscal de IR/CS	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(6.612)	(5.456)
Multas e outras despesas indedutíveis	(565)	(224)
Subvenções governamentais	2.985	2.558
Outras adições e exclusões permanentes	(61)	113
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.253)	(3.009)
Alíquota efetiva	22%	19%

A Sociedade constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$573(R\$80 em 31 de dezembro de 2012) sobre diferenças temporárias.

21. Resultado financeiro	2013	2012
Receitas financeiras		
Juros	3.853	580
Outras receitas	517	115
Total receitas financeiras	4.370	695

Despesas financeiras	2013	2012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.047)	(6.881)
Juros sobre parcelamentos	(2.306)	(2.687)
IOF	(578)	(310)
Tarifas bancárias	(316)	(302)
Outras	(3.091)	(184)
Total despesas financeiras	(16.338)	(10.364)
	(11.968)	(9.669)

22. Cobertura de seguros: A Ponteland mantém apólices de seguro contratadas junto a seguradoras do país considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

Riscos cobertos	Montante da cobertura
Lucros cessantes/raios/incêndio/explosão	54.310
Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	850
Veículos	2.573
Responsabilidade civil	1.000
Riscos de Engenharia - obra Japeri 08/13 a 01/2016	83.605
Responsabilidade Civil - obra Japeri 08/13 a 01/2016	3.000
Outras coberturas	51.715

23. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa:** Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **• Contas a receber:** São classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **• Fornecedores:** Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção, e produtos para revenda com preços praticados a valores de mercado. **• Empréstimos e financiamentos:** São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. **• Derivativos:** Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos. A Sociedade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Considerando o perfil da dívida da Sociedade, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito:** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber da Sociedade. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Sociedade é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Sociedade e maximizar o valor aos acionistas. A Sociedade controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura. A Sociedade pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Sociedade inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2013	2012
Empréstimos, financiamentos e debentures (Nota 12)	160.478	49.755
Fornecedores	5.674	3.423
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(41.020)	(12.342)
Dívida líquida	125.132	40.836
Instrumentos de patrimônio		
Patrimônio (Nota 16)	53.117	43.482
Capital social e dívida líquida	178.249	84.318
Quociente de alavancagem	70%	48%

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF. 853.543.768-15 - Antonia Sonia Mineiro Lopes - Contadora - CRC/RJ 75200/01 - CPF. 788.154.797-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Ponteland Distribuição S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Ponteland Distribuição S.A.. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossas auditorias, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulga-

ções apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ponteland Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 17 de março de 2014. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4.